



HAL
open science

Representações da diferença: a mulher brasileira migrante na mídia impressa da Europa

Danubia de Andrade Fernandes

► **To cite this version:**

Danubia de Andrade Fernandes. Representações da diferença: a mulher brasileira migrante na mídia impressa da Europa. Anuario Americanista Europeo, 2013, 11, pp.217-237 Sección Tema central. halshs-00957425

HAL Id: halshs-00957425

<https://shs.hal.science/halshs-00957425>

Submitted on 10 Mar 2014

HAL is a multi-disciplinary open access archive for the deposit and dissemination of scientific research documents, whether they are published or not. The documents may come from teaching and research institutions in France or abroad, or from public or private research centers.

L'archive ouverte pluridisciplinaire **HAL**, est destinée au dépôt et à la diffusion de documents scientifiques de niveau recherche, publiés ou non, émanant des établissements d'enseignement et de recherche français ou étrangers, des laboratoires publics ou privés.

Representações da diferença: a mulher brasileira migrante na mídia impressa da Europa

*Danubia de Andrade Fernandes**

Resumo: Neste artigo, apresento a análise de reportagens e matérias jornalísticas em que há referência à mulher brasileira em situação migrante no continente europeu. Trata-se da análise crítica do discurso de jornais portugueses, espanhóis, franceses, ingleses e italianos, embasada na metodologia dos Estudos Críticos do Discurso, proposta por Teun van Dijk. O objetivo é discutir as modalidades de representação dos sujeitos migrantes no contexto eurocêntrico de produção midiática, levando em conta as especificidades da migração feminina e da produção de discursos jornalísticos sobre a alteridade.

Abstract: Representations of difference: the Brazilian woman migrant in printed media in Europe.

In this article, we present an analysis of newspaper articles and reports in which there are references to the Brazilian woman migrant in Europe. Portuguese, Spanish, French, English and Italian newspapers were analyzed based on the methodology of Critical Discourse Studies, proposed by Teun van Dijk. The aim is to discuss the modalities of representation of migrants in the Eurocentric context of media production, mainly dealing with the specificities of female migration and the production of journalistic discourses about otherness.

Palavras-chave: gênero, migração, representação, mídia, jornalismo

Keywords: gender, migration, representation, media, journalism

INTRODUÇÃO

A mobilidade humana é um traço constitutivo da humanidade. A representação de si mesmo, do *diferente* e do mundo também é um dado característico do ser humano. As representações sociais nos guiam nos modos de nomear e definir os diversos aspectos da realidade diária, auxiliando-nos nas formas de interpretá-la e vivenciá-la. Neste artigo, proponho um debate que traz a termo migração, gênero e representação, para investigar os modos de representação midiática das mulheres brasileiras em situação migrante no continente europeu. A análise crítica dos discursos de jornais portugueses, espanhóis, franceses, ingleses e italianos está embasada nos preceitos teórico-metodológicos dos Estudos Críticos do Discurso, propostos pelo linguista holandês Teun van Dijk. Esta análise é precedida de uma argumentação teórica acerca do fenômeno migratório contemporâneo sob uma perspectiva de gênero, além de uma reflexão crítica sobre o papel do jornalismo na representação da alteridade.

* Doctoranda en cotutela entre la Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Brasil) y o Curso de Ciências da Informação e da Comunicação da Universidade Grenoble-Alpes (Francia), Bolsita CNPq, Brasil, danubiajfm@gmail.com

MIGRAÇÃO E GÊNERO

Ainda que os fluxos migratórios de hoje não se comparem em dimensão aos de outros momentos históricos, as migrações constituem-se como tema de interesse para discussão nos governos, nos organismos internacionais e também no âmbito acadêmico e científico em geral. A teoria neoclássica, a teoria dos mercados de trabalho duais ou ainda a teoria do sistema mundial (*world-system theory*), entre outras, são citadas por Joaquín Arango (2003) como abordagens que avançaram nos estudos sobre o fenômeno migratório no século vinte. Em comum, estas perspectivas explicam a migração fundamentalmente por contingências de ordem econômica e laboral, pois, de modo geral, elas entendem o processo migratório relacionado fortemente aos sistemas econômicos e aos mercados de trabalho dos países de origem e de destino. Elas assinalam não apenas a emergência dos estudos de migração na contemporaneidade, bem como demonstram a influência das perspectivas econômicas na condução das primeiras abordagens.

Conforme Arango (2003), embora a perspectiva política tenha aparecido timidamente nos estudos sobre migração que datam dos anos 1970 e 1980, as políticas redutoras de mobilidade implementadas mais intensamente nestas últimas décadas do século vinte foram determinantes para as práticas migratórias. Em outros termos, as políticas restritivas que incluem tanto a obrigatoriedade de vistos quanto o policiamento físico das fronteiras, adotadas por países ricos da América do Norte e da Europa, afetaram profundamente os fluxos migratórios. Para Arango, a dimensão política das migrações nos obriga a pensá-las não apenas como um fenômeno que trata de mobilidade, assim como nos propõe refleti-las no que elas têm de imobilidade.

Helion Póvoa Neto (2010) disserta sobre o contexto atual entre os direitos dos migrantes e as políticas de acolhimento dos Estados nacionais. Ele observa um descompasso entre o direito de mobilidade espacial e a consequência lógica do exercício deste direito, uma vez que para uma parcela significativa da população mundial o direito de emigrar não equivale ao direito de imigrar. Póvoa Neto enfatiza a emergência de situações marcadas pela desigualdade e pela violência que “forçam a saída e impedem o ingresso”.

As barreiras físicas implantadas para frear a migração poderiam, num primeiro olhar, parecer paradoxais em um mundo que estimula à mobilidade geográfica. Elas não seriam, entretanto, resistências à globalização ou mesmo resquícios de períodos históricos anteriores e, sim, fortes sintomas dos próprios fenômenos globais que colocam a mobilidade como um valor restrito a minoritários extratos sociais. As fronteiras estão cada vez mais abertas e flexíveis aos deslocamentos de produtos e de subjetividades e proporcionalmente cada vez mais fechadas e vigiadas no que concerne o deslocamento de pessoas. Na contemporaneidade, países ricos têm “um desafio em se combinar, nos controles de fronteira, o aumento da segurança política com as chamadas ‘liberdades neoliberais’” (Póvoa Neto 2010, 503).

Além dos fatores econômicos e políticos, as migrações também são perpassadas por variações que incluem: as distâncias e as proximidades físicas e culturais; os desenvolvimentos dos transportes e das tecnologias; as questões de ordem linguística, religiosa e étnica. Arango (1985) enfatiza que o pertencimento a um

mesmo âmbito cultural, linguístico e histórico interfere diretamente nas migrações na medida em que reduz os custos afetivos do deslocamento, oferece mais informações sobre o ponto de destino e, assim, diminui o grau de incertezas da mudança.

Neste momento em que os estudos sobre as migrações expandem suas possibilidades para além dos matizes econômicos, observando também os aspectos políticos, culturais e geográficos em suas inúmeras variáveis, uma vertente de pesquisa passa a se interessar especialmente pelas questões que relacionam “gênero e migração”. Cabe ressaltar que o embasamento de uma perspectiva de gênero como mediadora nos estudos migratórios salvaguarda as especificidades da migração feminina, isto é, leva em conta o fato de que a migração é vivenciada de forma diferente por homens e mulheres. Isto quer dizer conduzir uma análise atenta às diferenças materiais e culturais da migração da mulher, investigando suas relações no mercado de trabalho, seu papel como guardiã da comunidade por meio da preservação das tradições, suas facilidades e dificuldades no processo de integração.

Conforme Eleonore Kofman (1999), até meados de 1970, a mulher esteve praticamente invisível nos estudos sobre migração. A autora defende que se amplie a profundidade das investigações da migração feminina na Europa, definida pelo termo *gendered migratory process*. Primeiro, ela sugere uma articulação mais complexa entre a migração por trabalho e a reunificação familiar como etapas do processo migratório masculino e feminino. Em muitas leituras da reunificação familiar, implica-se ao homem um papel central como trabalhador, deixando a mulher em segundo plano. A autora discute o direito da mulher migrante de trazer maridos, noivos ou filhos tal qual os homens migrantes usam a reunificação familiar para migrar as esposas e os filhos. Direito obtido na Inglaterra no fim da década de 1980, mas cuja execução ainda é pequena e uma das razões disto é o fato de que a mulher migrante, muito mais que o homem, trabalha no mercado informal.

Kofman também defende o aprofundamento dos conhecimentos sobre a migração feminina em sua diversidade de trajetórias, levando em conta as histórias e as experiências nacionais, os modos de entrada das migrantes dos países de destino e a sua evolução no passar do tempo. Mudanças internas nas políticas e economias, o fim da Guerra Fria, os conflitos no leste europeu, a adoção de novas regras de mobilidade e circulação são significativos nesse estudo. Em linhas gerais, o que Kofman propõe são perspectivas de análise atentas às transformações ocorridas nos últimos anos no que concerne à emprego, moradia e estruturas sociais. Enfim, estudos mais embasados metodologicamente para que possam dar conta das especificidades temporais e geográficas do individual, do núcleo familiar e dos itinerários de grupos.

Como já dissemos, os primeiros estudos que abordaram esta temática datam da década de 1970. Um deles, desenvolvido por Isabel Leonetti e Florence Lévy (1978), aponta que as mulheres, de modo geral, desempenhavam papéis coadjuvantes nos projetos migratórios. Elas acompanhavam os pais ou o marido, viviam a situação com passividade e em caso de não adaptação estavam reféns dos planos alheios. Entretanto, esta ausência de responsabilidade também era utilizada como um alibi, consciente ou não, que as eximia dos conflitos resultantes da migração. Aos homens

era depositada, em muitos casos, a responsabilidade da integração no país de destino, assim como a responsabilidade total pela partida e pelo retorno.

Nos anos 1980, o interesse está centrado na figura da mulher migrante inserida no mercado de trabalho, como um reflexo do movimento feminista. Em pauta, as questões referentes à sua vida profissional, mensurando ganhos e perdas salariais, *status* laboral, reconhecimento de formações e de experiências e principais campos de atividade. Na década seguinte, as pesquisas também buscam compreender a vida pessoal e afetiva da mulher migrante, levando em conta seu papel como agente de integração à cultura do país de destino ou como agente de manutenção dos valores e tradições do país de origem. Além disso, nos últimos anos, constata-se mais intensamente a migração de mulheres sozinhas, sejam mulheres solteiras ou chefes de família; este dado acrescentou novos elementos ao fenômeno contemporâneo da migração. Se antes à mulher era atribuído o domínio da casa e da família, no mundo do privado, e ao homem, a vida pública, esta separação ganha tons menos nítidos.

No que concerne ao impulso inicial para o projeto migratório, os fatores que levam as mulheres a migrar também podem divergir das motivações masculinas. Além das ambições econômicas e profissionais, como estudar em boas universidades ou subir na carreira, que atualmente são comuns aos homens e às mulheres, a conquista de liberdade para a vida afetiva ou mesmo o direito de trabalhar podem motivar mulheres a migrar. O distanciamento físico das bases familiares e religiosas pode significar para mulheres advindas de culturas machistas e castradoras de suas potencialidades pessoais e de seus direitos como cidadãos um salto para a liberdade. Elas buscam poder frequentar uma universidade, entrar no mercado de trabalho e ganhar seu próprio dinheiro e ainda escolher com quem se vão casar. Nestes casos, um país bastante distante cultural e geograficamente pode ser escolhido como destino final.

As políticas de controle de natalidade, como aquelas implementadas na China, por exemplo, ou os altos custos dos planos educacionais dos filhos podem ser impulsionadores para que “mulheres chefes de família” migrem em busca de salários mais altos, como afirma Laurence Berger-Roulleau (2010). Outra variável importante a ser considerada são os casamentos com estrangeiros. A migração por uma motivação afetiva amplia um senso inicial de que todo projeto migratório está relacionado a questões econômicas ou políticas de dimensão macro.

O projeto migratório de uma mulher também se diferencia do percurso masculino no que concerne à sua entrada no mercado de trabalho. Laurence Berger-Roulleau (2010) denuncia a negação ou a não legitimidade das experiências e qualificações profissionais da mulher migrante, forçando a invisibilidade de sua identidade profissional. Estes fatores colaboram para a difícil inserção da migrante no mercado de trabalho no país de destino, mesmo quando se tratam de mulheres qualificadas. Para Berger-Roulleau isto acontece porque no caso da mulher migrante soma-se à etnização do mercado de trabalho o fato de haver também uma hierarquia sexual. Os modos de acesso aos empregos são regidos por normas sexuais e étnicas. Assim, a população migrante feminina é particularmente exposta aos riscos da precarização e do não acesso aos postos oficiais de trabalho. “L’origine culturelle, en venant se combiner à l’origine sociale, au sexe et à la position

générationnelle, participe activement à définir des formes d'accessibilité différenciées et hiérarchisées aux marchés de l'emploi" (Berger-Roulleau 2010, 80)

A discriminação no mundo profissional, ou o falso reconhecimento por meio da desqualificação de sua formação e de suas experiências, pode invisibilizar a mulher em migração, destituindo dela o direito à integração social no país estrangeiro. Para Berger-Roulleau, a discriminação sob a forma de falso reconhecimento produz violência e fragmentação identitária. As mulheres em migração oscilam entre sentimentos de estima e de vergonha de si mesmas, mas uma situação permanentemente conflituosa pode levar a mulher a perder sua capacidade reflexiva e a aceitar a desqualificação e a humilhação como sentimentos irreversíveis de sua personalidade. Estes conflitos identitários terminam convencendo as próprias mulheres de que merecem postos de trabalho inferiores, de que são incompetentes, de que são preguiçosas, entre outros dados negativos. Isto significa dizer que a exclusão no mercado de trabalho gera uma exclusão social que, por sua vez, acarreta deformidades na constituição do *self*.

No tocante à cultura, segundo Michelle Perrot (2006), as mulheres desempenham um papel imprescindível nos processos migratórios: elas constroem as pontes entre o que há interior e exterior, dentro e fora, de uma cultura a outra, tentam, não sem sofrimentos, reger as tensões contraditórias que dali nascem. "*Les femmes maintiennent les traditions, la langue 'maternelle', la cuisine, les habitudes de piété*" (Perrot 2006, 186) A repetição de práticas culturais (e especialmente as religiosas) se faz para que se conserve a identidade daquela mulher face ao grupo social de seu lugar de origem, atuando diretamente em sua reputação e honra. A obrigação desta conservação dos valores e das tradições assinala uma compreensão da cultura como algo fixo, que possa ser aprisionado e congelado no tempo, quando, de fato, cultura é movimento, transformação constante, como defendem Gerd Baumann (2001), Antonio Gutiérrez (2009), Mohammed ElHajji (2013), entre outros.

A partir de sua análise sobre a migração feminina na sociedade francesa, Laurence Berger-Roulleau (2010) afirma que quanto maior a tentativa de integração, mais expostas estão as mulheres ao racismo e aos atos xenofóbicos. Isto é, as imigrantes que evitam ao máximo o contato com a cultura do país de destino, muitas vezes isolando-se socialmente e convivendo apenas em espaços privados com outros indivíduos de mesma origem cultural e religiosa, estariam menos expostas ao racismo e à xenofobia. Estas mulheres tomam para si o compromisso de preservar a cultura do país de origem e entendem que para preservá-la é preciso fechar-se à cultura estrangeira. Sobrevive nestas práticas de isolamento social o pressuposto de que quanto mais isoladas estejam as mulheres, mais próximos da cultura do país de origem estarão os seus grupos étnicos. Além disso, para racistas e xenófobos, a negação da cultura do lugar de destino pode significar que haverá retorno ao país de origem, assim sendo, os confrontos tornam-se mais brandos. Já as migrantes que buscam o seu lugar na sociedade estrangeira e estão dispostas a negociações culturais colocam-se na linha de frente dos conflitos raciais e étnicos.

Finalmente, gostaria de tratar dos projetos migratórios de mulheres brasileiras no continente europeu naquilo que eles possivelmente se diferenciam de outras trajetórias de migração feminina. Antes, porém, é preciso indicar em números a expressividade da migração de brasileiros na Europa e particularmente da migração

feminina. Segundo dados colhidos em 2011 pelo Ministério de Relações Exteriores do Brasil, a maior comunidade de brasileiros na Europa estaria no Reino Unido, com cerca de 180 mil pessoas; a segunda maior comunidade estaria na Espanha, 158 mil; seguido de Portugal, 136 mil; Alemanha, 91 mil; Itália, 85 mil e França 80 mil migrantes brasileiros. Recentemente, o IBGE (2012) dedicou uma seção do Censo Brasileiro de 2010 aos brasileiros emigrantes, reportando que 491.645 brasileiros viviam no exterior, dos quais 54% eram mulheres. Tomando por referência os dados da pesquisa “Imigrantes brasileiras pelo mundo”, publicada em 2013 pelo GEB (Grupo de Estudos sobre Brasileiros no Reino Unido), da autoria de Yara Evans, Tonia Tonhati e Ana Souza, constatamos que: 1º) o Estado de São Paulo destaca-se por ser o lugar de origem do maior número de brasileiras imigrantes, seguido de outros Estados do sudeste brasileiro, como Rio de Janeiro e Minas Gerais. 2º) A Europa contém a maior porcentagem de brasileiras migrantes, seguida pelos países da América do Norte. Há baixa representatividade nas outras partes do mundo, com valores decrescentes na Ásia, América do Sul, África, Oceania e Oriente Médio.

De que modos as experiências de mulheres brasileiras em migração podem ser distintas das experiências de outras mulheres? Podemos afirmar que a “brasilidade” interfere em suas trajetórias por questões étnico-raciais e culturais específicas? A pesquisa de Luciana Pontes (2004, 2005) sobre os processos de exotização das mulheres brasileiras que vivem em Portugal apontou alguns eixos de análise que dialogam a posição vulnerável da mulher migrante com a sua origem étnica, ou seja, com a sua suposta “brasilidade”. Conforme Luciana, nas representações da mulher brasileira na sociedade portuguesa, há uma associação entre gênero e nacionalidade que feminiza as representações do Brasil e, ao mesmo tempo, sexualiza o gênero.

Este processo de sexualização da mulher imigrante brasileira está associado tanto a sua condição de imigrante, particularmente frágil por pertencer a uma classe econômica subalterna e a um grupo étnico-nacional considerado exótico, periférico, racializado. Além disso, o fato de ser brasileira, portanto, oriunda da cultura do Carnaval, da sexualidade, do culto ao corpo e também da pobreza, da violência e do subdesenvolvimento. Muito mais que simples adição de fatores, trata-se da sobreposição de marcadores sociais de exclusão que reforçam uma posição social subordinada e sexualizada. São estatutos de gênero, classe e nacionalidade desvalorizados e essencializados que interferem nos planos afetivos e profissionais das brasileiras imigrantes.

Para Adriana Piscitelli (2008), a experiência da mulher brasileira migrante é marcada pelo “racismo etnicizado” que atua “racializando” e sexualizando seu corpo independentemente da cor de sua pele. Piscitelli sustenta que brasileiras de todos os tons de pele são “racializadas”, ou seja, são consideradas mestiças e neste sentido são sexualizadas pela associação historicamente construída entre sexualidade e mestiçagem. É atribuído à elas: “uma disposição naturalmente intensa para fazer sexo e uma propensão à prostituição, combinadas com noções ambíguas sobre seus estilos de feminilidade, tidos como submissos, com uma alegre disposição para a domesticidade e maternidade” (Piscitelli 2008, 269). No entanto, não se trata de afirmar que mulheres brasileiras negras ou brancas, pobres ou bem posicionadas no mercado de trabalho, em condição legal ou não regularizada estariam sujeitas às mesmas experiências de racismo e discriminação, pois Piscitelli compreende que os

efeitos dessas noções são atenuados ou acentuados por diversas variantes, entre elas “raça” e classe social.

Interessante ressaltar que tanto Luciana Pontes (2005, 2004), em sua análise empírica de base antropológica, quanto Adriana Piscitelli (2008), no plano teórico, apontam que os processos que “racializam” e sexualizam as mulheres brasileiras não podem ser entendidos como processos fixos e exclusivos. Ao contrário, há constantes negociações dos posicionamentos nos contextos migratórios que permitem que a suposta “sensualidade natural” da brasileira tanto possa ser rejeitada, como performada estrategicamente para fins diversos no mercado de trabalho e nas relações afetivas. Em outros termos, as formas de categorização da mulher brasileira em sua experiência migrante podem limitá-la, mas também abrem possibilidades para a agência. Além disso, as “noções tropicalizadas de feminilidade” afetam também mulheres colombianas e cubanas, para citar outros exemplos latino-americanos.

REPRESENTAÇÕES DA DIFERENÇA NO JORNALISMO

Neste artigo, questionamos em que medida as representações da mulher brasileira migrante na mídia escrita da Europa refletem e refratam os olhares dos europeus para os sujeitos do “terceiro mundo” em geral. Não seriam estes olhares moldados historicamente por séculos de dominação colonial? Para Edward Said (1993), as representações do estrangeiro são feitas para dominá-lo ou, de algum modo, controlá-lo, na medida em são instrumentos objetivos de subordinação do Outro e manutenção de relações desiguais de poder. Trata-se de um discurso cultural construído historicamente para garantir legitimidade à posição eurocentrista por meio do deslocamento da diferença para um papel secundário nos processos políticos, econômicos e inclusive culturais.

Para Ella Shohat e Robert Stam (2006, 21): *“o eurocentrismo é uma forma de pensar que permeia e estrutura práticas e representações contemporâneas”*. O eurocentrismo surgiu como um discurso justificador das empreitadas colonizadoras das grandes potências europeias. Hoje, naturalizado e profundamente complexo, este discurso normaliza as relações de hierarquia e poder geradas pelo colonialismo e pelo imperialismo. Para Shohat e Stam, o eurocentrismo origina um modo de pensar que reduz a História às dominações imperiais, ignora as tradições não europeias e desvaloriza formas de organização social que não sejam democráticas. Além disso, no âmbito cultural, as expressões dos Outros são sumariamente desacreditadas e neste aspecto as mídias em geral e o jornalismo diário em particular têm sua parcela de contribuição.

O discurso eurocêntrico também está no jornalismo, mas para compreender como ele manifesta-se nesta estrutura cotidiana de informação é preciso investigar a natureza da própria informação jornalística. A informação jornalística não existe em si, como exterioridade, ao contrário de objetos ou seres que fazem parte da realidade material. Conforme aponta Patrick Charaudeau (2005), isto significa que diferente de uma árvore, da chuva ou do sol, cuja significação depende do olhar humano, mas cuja existência é independente da ação do homem, a informação jornalística é pura enunciação. O que significa dizer que a informação jornalística não

existe por si mesma, ela depende do contexto de saberes que a cercam, uma vez que ela é construída num campo específico de conhecimentos. Sua dependência daquilo que é humano e subjetivo por essência faz da informação um dado não transparente do evento e indica que ela porta discursos ideológicos.

Assim sendo, cabe afirmar que a atividade do jornalismo é essencialmente um olhar que se dirige a um evento desde supostos imaginários cognitivos dos destinatários e que se constrói com bases subjetivas. Para Bertrand Cabedoche (2007), no momento de escrever uma reportagem estão em questão as referências étnicas do jornalista, seus julgamentos, valores, influências, interesses, disposições, condições de recepção, solidariedades, sua trajetória de vida e força de caráter. Qualquer escritura comporta em si todas estas variantes do sujeito que escreve e disso o discurso do jornalismo não pode se eximir, ainda que assim o queira dizendo-se imparcial, objetivo e isento.

A saber, as representações jornalísticas do Outro podem ser portadoras de valores eurocêntricos porque são construídas socialmente num entorno em que estes valores têm preponderância. No sentido de oferecer uma metodologia de análise capaz de mensurar os projetos ideológicos que subsistem no discurso do jornalismo, o linguista holandês Teun van Dijk (1991; 2010) formula os Estudos Críticos do Discurso (ECD). Os ECD propõem repensar as representações de grupos minoritários e migrantes considerando as relações entre discurso e poder. São procedimentos de análise dos ECD: a detecção de reiterações de determinados estereótipos; a recorrência no enquadramento das ações em termos “étnicos” ou “raciais”; a descontextualização das causas sociais; e o uso de hipérbolos e metáforas em contraposição ao uso de eufemismos; verificar também os lugares de fala no interior das reportagens e a periodicidade dos enquadramentos.

Nos ECD são levadas em conta as propriedades do discurso que mais tipicamente são associadas com a expressão, a confirmação, a reprodução e o confronto do poder social dos falantes ou escritores enquanto membros da elite simbólica. Essas propriedades podem incluir: a análise da entonação; os aspectos sonoros e visuais (cor, tipografia, configurações de imagens); as estruturas sintáticas; a seleção lexical; a semântica de pressuposições ou as descrições de pessoas; as figuras retóricas ou as estruturas argumentativas, entre outras. Além disso, a análise dos contextos de formação dos discursos ganha preponderância. *“O discurso não é analisado apenas como um objeto ‘verbal’ autônomo, mas também como uma interação situada, como uma prática social ou como um tipo de comunicação numa situação social, cultural, história ou política”* (van Dijk 2010, 12).

Simone Bonnafous (1991), a partir de análise realizada na imprensa escrita francesa entre os anos 1974 e 1984, conclui que os modos de representação dos migrantes sofreram um deslocamento importante da década de 1970 para 1980. A autora constata que nos primeiros anos de sua pesquisa, a aparição do sujeito migrante era conectada à sua vida profissional, ou seja, o migrante era noticiado como parte de uma “classe operária”, cujos temas tratavam das greves, das reivindicações por alojamentos dignos, das lutas por direitos trabalhistas, entre outras questões. No princípio da década seguinte, por sua vez, os migrantes não são mais evocados por si mesmos, mas como objetos de política e de discurso por forças políticas francesas. Deixam de aparecer questões próprias aos migrantes para

destacar as suas relações de convivência na sociedade francesa, no que tange à integração e à assimilação. A abordagem torna-se negativa, dando lugar às expressões “delinquência”, “limiar de tolerância” ou “tensão”. Enfim, a década de 1980 assinala o nascimento do “problema imigrante” na sociedade francesa.

Esta diferença nos modos de representação do migrante e da migração indica não só uma mudança no olhar dos jornalistas para o tema, mas também mudanças na própria sociedade.

À partir de 1979 (...) le regard du journaliste se détourne du logement, de la vie et du travail des ‘immigrés’ ou des ‘violences’ subies par eux pour se centrer sur de nouveaux objets: la ‘délinquance’, ‘l’insécurité’ et toutes les ‘réalités’ qui ont trait à l’interaction ‘Français’/‘immigrés’. D’où une approche de plus en plus locale et restreinte (une ‘cité’, une ‘ville’, une ‘banlieue’), même si au bout du compte c’est la question de l’assimilation qui est soulevée (Bonnafous 1991, 252).

Não se trata exclusivamente de um processo de negatização e problematização da questão da migração; no correr das décadas, Bonnafous percebe um deslocamento do quadro. Mesmo em jornais de esquerda, que antes apresentavam os migrantes como vítimas ou dentro de uma perspectiva própria às suas experiências, nos anos 1980 passam a tratar do tema numa dimensão da vida pública francesa, da sociedade civil e dos seus conflitos. O ponto de vista desta década tem uma predileção pelas informações do bairro ou da cidade, terrenos da sociedade civil. Para a autora, a extrema direita contagiou os outros jornais e impôs uma problemática e uma forma de abordar o tema. Em suma, esta corrente política definiu a questão da imigração como um problema na França.

O contexto de representação dos sujeitos migrantes nos *media* na Espanha foi objeto de análise da historiadora Mary Nash (2005; 2008). Para Nash, os meios de comunicação de massa têm um papel decisivo na construção das crenças compartilhadas socialmente e na difusão de valores e aprendizados culturais. Neste sentido, as mídias atuam na edificação das identidades sociais, projetando a legitimação ou a subalternidade de alguns grupos sociais frente a outros. Reportagens e matérias jornalísticas influenciam a opinião pública por ressonância cultural e social e, assim, atuam na formação de mentalidades que, por seu turno, conduzem as práticas. Embasada nos ECD, Nash compreende a linguagem como construtora da realidade: “*las palabras sirven no solo para designar la realidad, sino también para construirla*” (Nash 2005, 31).

Mary Nash conclui que o sujeito migrante é representado na mídia espanhola por meio de uma associação direta entre a imigração e a ilegalidade. Os “sinônimos” utilizados para “migrante” são “ilegal”, “clandestinos”, “sem documentos” (*sin papeles*), “costas molhadas” (*espaldas mojadas*). A imagem das *pateras*¹ é

¹ “Pateras” são pequenas embarcações espanholas de fundo plano. Recentemente, o termo passou a ser empregado para todo tipo de barco utilizado por migrantes não regularizados. Estes barcos são utilizados especialmente na travessia do Estreito de Gibraltar, Mar Mediterrâneo ou Oceano Atlântico para desembarcar em Múrcia, Andaluzia ou Ilhas Canárias. A palavra “*pateras*” entra no Dicionário da Língua Espanhola em 2001.

recorrentemente utilizada para ilustrar o fenômeno migratório, ainda que uma porcentagem pequena dos migrantes não regularizados chegue a território espanhol por meio de barcos. No entanto, a imagem das *pateras* reforça o estigma da ilegalidade, da desumanização e da violência implicadas no projeto migratório. De mesmo modo, entre as décadas de 1990 e 2000, Nash resgata o uso dos termos “onda”, “avalanche” ou “invasão” para registrar o crescimento dos números da imigração de cidadãos pobres da América Latina, do leste europeu e, sobretudo, de africanos. Estas palavras indicam um fenômeno perigoso, descontrolado e destruidor que exige uma resposta rápida e severa por parte das autoridades. Finalmente, o trabalho de Mary Nash também nos ajuda a repensar a obsessão do jornalismo em registrar exclusivamente os fatos do tempo presente, negligenciando os acontecimentos que antecederam a migração e ainda cerceando as possibilidades de compreensão de um futuro positivo para o sujeito migrante em território estrangeiro.

Neste contexto de negativização da migração e dos migrantes, migrantes e refugiados são cada vez mais associados material e simbolicamente à marginalidade. Percebidos como indesejáveis e potencialmente perigosos, tornam-se objeto de políticas de Estado com fins de controlar as fronteiras, inclusive com barreiras físicas. No que diz respeito ao papel das mídias, Héllion Póvoa Neto afirma:

Apoiados numa hostilidade difusa quanto aos imigrantes, e na sua imputabilidade quanto a diversos males sociais, meios de comunicação de massa e forças políticas contribuem para a construção de imagens ameaçadoras sobre a imigração. Esta passa a ser frequentemente representada como invasora e descontrolada, supostamente merecedora de medidas ousadas para sua contenção e controle (Póvoa Neto 2010, 495).

Teun van Dijk (2010) observa processos de homogeneização dos discursos jornalísticos que demonstram que as minorias, os refugiados, os sem-teto e os provenientes do “terceiro mundo” frequentemente são representados de maneira semelhante e em contraste com a representação dos grupos dominantes. Segundo este critério, a representação das minorias segue a lógica da representação negativa do *Outro* versus a autorrepresentação positiva de *nós*. A desqualificação desses grupos minoritários na mídia, em geral, se faz da seguinte forma:

- a) Os grupos minoritários têm menos acesso aos meios de comunicação e, conseqüentemente, menos (ou nenhuma) voz para expor o seu discurso.
- b) Quase não são fontes usuais e confiáveis. Observa-se que a migração é bastante discutida nos jornais europeus, mas numa proporção indireta, os sujeitos migrantes quase nunca são fontes nestas reportagens. Quando aparecem nas fotografias jornalísticas, dificilmente tem a identidade creditada. E uma vez retratados por matérias ou reportagens, estes indivíduos são frequentemente representados como personagens caricatos que terminam por reforçar os preconceitos vigentes.
- c) São vítimas de descrição estereotipada que tende a defini-los como “problema social”, como sujeitos que sugam os recursos do país onde estão (espaço,

habitação, trabalho, educação) ou que estão verdadeiramente em posição marginal, como criminosos ou trapaceadores dos sistemas de assistência social. Neste cenário, praticamente toda referência feita a eles será negativa para confirmar esta avaliação.

d) A cultura do Outro é menosprezada, considerada sistematicamente como atrasada, inferior ou primitiva. O menosprezo à cultura do Outro resvala na compreensão das capacidades (ou incapacidades) do sujeito pertencente a um grupo minoritário. Assim, este sujeito não tem condições legítimas de expor qualquer discurso na mídia.

e) Os pertencentes a grupos minoritários são descritos na mídia como incapazes por si mesmos, ignorantes ou como pessoas precisam de ajuda. A auto-representação positiva é ainda mais rara e a depreciação do Outro, justificada.

Simone Bonnafous (1991) aponta que o migrante não é normalmente o sujeito da ação no texto jornalístico, seu agir é limitado e rudimentar. Ele é definido por outra pessoa, qualificado como beneficiário de direitos ou excluído. Quando é o agente da ação isto se dá em frases generalistas como “eles chegaram” ou “eles têm o desejo”. Teun van Dijk (2010) acrescenta que a voz ativa é utilizada para caracterizar os indivíduos dos grupos minoritários como agentes de situações problemáticas, porém quando são as autoridades os agentes da ação negativa (políticos, policiais, empresários) utiliza-se, por seu turno, a voz passiva, deixando implícitas a agência e a responsabilidade.

Bertrand Cabedoche (2007) denuncia que a prática jornalística que valoriza a negatividade, o inesperado e o insólito como princípios para a seleção dos fatos termina por tratar das culturas estrangeiras apenas nas circunstâncias de grande negatividade, como nas catástrofes climáticas, nas guerras ou nas epidemias. Esta prática reforça uma associação dos migrantes com a negatividade da cobertura sobre seus países de origem. O Outro, o *diferente*, é apresentado numa estrutura fixa, sempre como um viés negativo. Cabedoche denuncia que o fato do Outro ser relegado à diferença absoluta faz parte de uma estratégia sutil de negação de sua expressão cultural especialmente nas circunstâncias em que este Outro tenta se apropriar de espaços antes proibidos a ele, sejam estes novos modos de vida, campos profissionais, espaços relativos à visibilidade social ou à representação.

As representações negativas do migrante no jornalismo atuam nas práticas cotidianas de modo a desqualificar aprendizados e valores morais e assim a desqualificar *pessoas*. O grave, contudo, não é somente repudiar o migrante animado por uma ignorância: *não vi, mas já sei que não gosto*. O cruel é que o jornalismo nos faz acreditar que conhecemos o Outro, que sabemos tudo sobre ele e que, portanto, temos legitimidade para julgá-lo e sentenciá-lo à exclusão social, à marginalidade e à desumanidade.

A MULHER BRASILEIRA NA MÍDIA IMPRESSA NA EUROPA

Os modos de representação da mulher brasileira na mídia produzida na Europa devem ser analisados à luz dos estudos de gênero, estudos de raça e etnia e estudos migratórios. Isto porque atrelado ao conceito de “mulher brasileira” estão três

alteridades potencializadas mutuamente: a mulher, a mulher brasileira e a mulher brasileira em condição migrante. Neste artigo, gostaria de discutir mais detidamente os modos como a mulher brasileira em situação migrante aparece nas mídias impressas da Europa, levando em conta os estereótipos a ela vinculados e as deformações em sua representação.

Antes, porém, gostaria apresentar algumas contribuições acadêmicas para a temática dentre as muitas que me antecederam. Primeiro, o estudo de Ângela Roman (2007) sobre a presença da mulher brasileira na imprensa feminina francesa. Roman conclui que mais da metade das aparições da mulher brasileira são apenas citações ou aparições breves, nas quais o aprofundamento temático é mínimo, restando testemunhos desconexos e imagens estereotipadas. Além disso, de modo recorrente, as mulheres brasileiras são descritas por seus aspectos físicos, mesmo nos casos em que são fontes de temas diversos, como música, arte, literatura ou política. As representações também são sexistas, já que enquanto mulheres anônimas ilustram as reportagens com fotos de seus corpos, os homens brasileiros são mais frequentemente apresentados no desempenho de suas funções profissionais.

No mais, Roman aponta os erros encontrados nas reportagens e notas sobre o Brasil e sobre as brasileiras; sejam informações incorretas, sejam erros de ortografia dos nomes em português. Há um verdadeiro descaso com as fontes e com o rigor das informações, aproveitando-se do desconhecimento dos possíveis leitores e expondo dramaticamente o desinteresse dos próprios jornalistas.

Já o trabalho acadêmico de Rosuel Lima Pereira (2010), tratando dos clichês sobre os brasileiros na mídia estrangeira, aponta três grandes estereótipos vinculados à mulher brasileira:

1º) Tópico ou trópico: este estereótipo apresenta recorrentes descrições de paisagens, valorizando os elementos da flora e da fauna. Marca até hoje o imaginário ocidental no que diz respeito ao Brasil. Em sua imagem deformada, este estereótipo mostra o desmatamento da Amazônia, as favelas e os latifúndios.

2º) O estereótipo étnico ou físico trata da atração da nudez inocente do homem primitivo registrada nas primeiras cartas de Pero Vaz de Caminha e de outros narradores do “descobrimento”. A beleza das mulheres indígenas e a imagem libidinosa das mulheres negras constituem este estereótipo. O brasileiro é visto com um povo com talento especial para música e para dança. Como imagem deformada, o racismo em contraposição ao mito da democracia racial, a super exploração do corpo da mulata, a prostituição de crianças, de mulheres e de travestis.

3º) Ético ou utópico: o Brasil como território de liberdade religiosa e de pensamento. Como imagem deformada, apresenta-se um País dominado pela violência, pela criminalidade e pela corrupção; um País de pessoas que não trabalham, que estão sempre ocupadas com o carnaval, com festas e com o futebol.

As pesquisas de Maria Badet Souza (2009, 2010) e Isabel Ferin (2006) também são importantes referências neste estudo, pois tratam diretamente da representação midiática da mulher brasileira nos contextos da televisão pública na Espanha e em Portugal, respectivamente. Maria Badet Souza, ao debruçar-se sobre as representações televisivas da mulher brasileira no contexto espanhol, quer entender as implicações que estas representações culturais podem ter na construção do imaginário social coletivo sobre o Brasil naquele país ibérico. Neste processo, considera fundamental a análise dos contextos sociais nos quais se constroem os imaginários coletivos já que eles podem limitar a imaginação a respeito destas mesmas mulheres. Além disso, investiga quais as relações de poder que ancoram estes discursos, sejam elas hegemônicas ou não.

Em sua pesquisa, Maria Badet Souza observa uma expressividade numérica das representações da mulher brasileira na cobertura televisiva na Espanha em detrimento de reportagens nas quais apareça o homem brasileiro. Dado interessante porque, em geral, na cobertura midiática de outros grupos migrantes, o protagonismo é masculino. Embora as notícias privilegiem os personagens masculinos quando o tema é a migração, no caso brasileiro, são as mulheres e mais especificamente os corpos das mulheres brasileiras que ganham destaque. Dentre as temáticas mais citadas estão a “prostituição” e a “violência de gênero”.

Quando se noticia a prostituição na televisão espanhola, as mulheres brasileiras são as que mais aparecem em comparação a todos os outros grupos migrantes, embora sejam as que menos falem. Maria Badet Souza constata uma franca oposição entre a excessiva visibilidade de seus corpos em relação ao fato de que as brasileiras não são as fontes de informação mais comuns nestas reportagens. Há uma valorização das imagens de seus corpos, dotando de erotismo o jornalismo que deveria denunciar as máfias, o tráfico de pessoas e a violência. A autora argumenta que a recorrência destas imagens pode influenciar a construção de um imaginário negativo para o coletivo de mulheres brasileiras.

As representações das mulheres brasileiras também foram analisadas sob a perspectiva das emissoras de televisão em Portugal por Isabel Ferin. Esta pesquisadora portuguesa realizou um estudo de recepção baseado em entrevistas em profundidade e em grupos focais cujos temas centrais foram “mulheres brasileiras prostituídas”, a partir das avaliações de mulheres brasileiras, e “ações de realojamento”, contando com a participação de um grupo de mulheres ciganas. Neste artigo, vamos privilegiar as questões referentes às brasileiras.

A problemática de Isabel Ferin era saber como as brasileiras se apropriavam das representações e das narrativas e que sentidos atribuíam às peças jornalísticas que falavam sobre elas. Neste contexto, embora haja um consenso de que estas notícias são negativas e discriminatórias, e que tratam quase que exclusivamente de crimes diversos e da prostituição, os sentimentos variavam entre as informantes. Se por um lado, o sentimento era de tristeza, por pena das moças prostituídas, em outros momentos, o sentimento era de raiva, por estarem elas também sujeitas ao estereótipo da prostituta.

A partir das entrevistas realizadas, Ferin pode constatar que as mulheres brasileiras identificam o tema das “brasileiras prostituídas” como sendo este o que de forma mais recorrente ganha destaque nas emissoras de televisão portuguesas

deixando de lado outras potencialidades temáticas pertinentes a este coletivo social. Esta recorrência, por sua vez, segundo as informantes, pode retratar tanto a realidade – com base numa aceção de que o jornalismo é “espelho da realidade” –, quanto distorcê-la, acentuando a discriminação que elas já vivenciam diariamente.

Também gostaria de citar a contribuição de Mariana Selister Gomes (2013) em sua tese de doutorado sobre o imaginário social “mulher brasileira” em Portugal. A hipótese com a qual trabalha Gomes é de que este imaginário é construído como uma ordem discursiva imbricada em relações de poder raciais e de gênero. Ou seja, neste imaginário, “raça”, gênero e sexualidade estão interseccionados e afetam a experiência de mulheres brasileiras imigrantes de todas as classes e inserções sociais. Segundo esta pesquisadora, é característica central deste imaginário a construção das mulheres brasileiras como “corpos coloniais” disponíveis sexualmente; este imaginário abrange mulheres pertencentes a diferentes classes sociais e com distintos níveis de escolarização. Sem embargo, Mariana Gomes não descarta que os níveis de vulnerabilidade das mulheres brasileiras podem ser distintos na medida em que elas diferem classe social, “raça” ou condição migrante (regulamentada ou não).

Em sua análise, Mariana Gomes (2013, 97) apresenta exemplos de representações midiáticas que têm sido veiculadas nos mais diferentes suportes, como telenovelas, reportagens jornalísticas na imprensa escrita, na publicidade e também na propaganda política. Em destaque, a associação do feminino brasileiro como a mestiçagem racial, retomando a “mulata” como símbolo desta etnicidade. Uma contribuição mais completa fornecida por Mariana Gomes (2013, 146) diz respeito à análise dos discursos do marketing turístico do Governo Brasileiro difundidos em Portugal entre 2009 e 2012. As campanhas tinham como conceito principal a representação do Brasil como um paraíso natural, pontuado pela alegria e receptividade do povo. Nesta campanha, prevaleceu certa exaltação do Brasil como um país mestiço e harmônico racialmente, ainda assim, a autora acredita que houve um significativo avanço no que concerne a não exploração do corpo feminino como atrativo turístico. Conforme Mariana Gomes, as recentes campanhas do Governo Brasileiro em território português têm auxiliado na modificação do imaginário “mulher brasileira” na medida em que desarticulam a ideia da mulher brasileira como parte dos atributos naturais a serem explorados pelos turistas.

Neste artigo, apresento uma análise crítica de algumas reportagens, matérias ou imagens provenientes de jornais europeus nas quais houve referência à mulher brasileira e especialmente à mulher brasileira em situação migrante na Europa. A análise destes dados empíricos está fundamentada nos Estudos Críticos do Discurso (ECD), pois, como já dissemos, oferecem um arcabouço teórico-metodológico que leva em conta as questões específicas que atrelam discurso, mídia e poder. Os jornais europeus escolhidos para a pesquisa provêm de cinco países: os periódicos franceses *Le Monde* e *Libération*, os espanhóis *El Mundo* e *El País*, os portugueses *Correio da Manhã* e *Diário de Notícias*, os ingleses *The Sun* e *The Guardian* e os jornais italianos *Corriere della Sera* e *La Repubblica*. Nosso corpus está restrito às edições *online* destes periódicos. Temporalmente, selecionamos a cobertura jornalística de 1º de janeiro de 2012 a 31 de março de 2012.

A análise do *corpus* mostrou que a mulher brasileira tem mais visibilidade nos jornais portugueses e espanhóis em relação aos periódicos franceses, ingleses e italianos. Este dado justifica-se pelas proximidades linguística, histórica e cultural que atrelam mais intimamente os países ibéricos aos países latino-americanos e, particularmente, pela trajetória colonial de Brasil e Portugal. Não detectamos, no entanto, uma visibilidade proporcional ao número de migrantes brasileiros em cada um destes países. No Reino Unido, por exemplo, a comunidade brasileira migrante possui baixa visibilidade nos jornais ainda que seja a maior população de brasileiros no continente europeu – cerca de 180 mil pessoas, segundo dados de 2011 do Ministério de Relações Exteriores do Brasil².

Em todos os jornais analisados, com especial destaque nos italianos *Corriere della Sera* e *La Repubblica* e no jornal inglês *The Guardian*, observamos que a visibilidade da mulher brasileira está praticamente restrita às artistas brasileiras. Já o *The Sun* reserva a sua cobertura quase que inteiramente aos *fait-divers* relacionados às modelos brasileiras internacionais. No que concerne ao nosso pequeno recorte temporal, podemos afirmar que a cobertura jornalística no Reino Unido e na Itália invisibiliza as mulheres brasileiras em situação migrante, pois, embora haja um enorme contingente de migrantes brasileiras anônimas nestes países, elas não motivam reportagens jornalísticas, deixando quando muito espaço para as brasileiras famosas. Em termos qualitativos, o recorte temporal assinalou, em linhas gerais, três modalidades de representação a que se vincula a mulher brasileira migrante: 1ª) à criminalidade e à violência, como algoz, cúmplice ou vítima. 2ª) à prostituição. 3ª) ao *showbiz* (música, dança, modelos, atrizes, esportistas).

Observamos, além disso, a recorrência da origem étnica como um dado identificador da mulher migrante. Em todos os dez jornais analisados, as mulheres brasileiras são apresentadas como tal e no caso particular dos jornais italianos há ainda o requinte de informar acerca da descendência ou da cidadania ítalo-brasileira nas circunstâncias em que coube. De mesmo modo, a situação regular ou irregular desta mulher no continente europeu, não importando o contexto ou o conteúdo do texto jornalístico, é apresentada com frequência. A mulher é identificada como “brasileira em situação legal ou ilegal na Europa”. Adiante apresento a análise crítica de alguns textos específicos.

O TEXTO FALA, A FOTO GRITA

Em três reportagens específicas, veiculadas em jornais da Espanha, Portugal e França, a assepsia do texto jornalístico escrito conflitou com representações de gênero e de raça no texto visual que retomaram o estereótipo da mulher brasileira como uma mulher negra, sensualmente vestida ou seminua, em posição de subalternidade sexual. A exposição flagrante do corpo e a sexualização da imagem feminina guardam essência na dominação colonial, no pensamento eurocêntrico, no machismo e no racismo que reificam e naturalizam.

² Ver *For a better life: Brazilians in London* (Grupo de Estudos sobre Brasileiros no Reino Unido-BEB, 2011).

No dia 17 de fevereiro, *El Mundo* noticia o projeto do Governo Brasileiro de aumentar a licença maternidade obrigatória de quatro para seis meses. O título é: *Brasil quiere aumentar la baja por maternidad hasta los seis meses*. Neste texto jornalístico, que anuncia um benefício para todas as mulheres brasileiras, a principal fonte é a ministra de Políticas para as Mulheres Eleonora Menicucci, que é apresentada como a “companheira de cela” da Presidenta Dilma Rousseff durante a ditadura militar. Em sua fala, a ministra aponta que a medida não é obrigatória, que cabe às empresas decidir ampliar em dois meses mais a licença de suas funcionárias, mas que a possibilidade pode ser tornar lei num futuro próximo.

No entanto, a fotografia (ver imagem que ilustra a história do *El Mundo*: <http://www.elmundo.es/america/2012/02/17/brasil/1329480778.html>) que compõe o discurso da matéria não é a da Ministra ou a de uma brasileira cuidando de seu bebê no espaço doméstico, como poderia sugerir o conteúdo da reportagem; e, sim, a imagem de uma mulher negra, grávida, com um menino negro por perto, que podemos entender que seja seu primeiro filho, costurando uma fantasia de carnaval em um galpão improvisado. Como legenda, uma frase vaga: “Uma mulher brasileira grávida”. Embora apareça seu rosto, a identidade desta mulher é ignorada. Em um texto jornalístico que fala de justiça social e de gênero, esta “mulher brasileira grávida” poderia ser indiferentemente representada por qualquer outro tipo racial, em qualquer outro ambiente profissional e mesmo em um espaço privado, já que se está tratando de licença maternidade. A escolha por apresentar uma mulher negra, numa situação de trabalho temporário e instável remete tanto a intenção de aproveitar as festividades carnavalescas, utilizando de um estereótipo para acelerar a cognição do discurso e para torná-lo, assim, mais atraente, quanto remete a uma lógica redutora de sentidos determinada por circunstâncias externas ao texto. Ao reduzir o feminino brasileiro à negritude e a vida profissional de milhares de mulheres às atividades braçais, mal remuneradas e instáveis, tem-se um contra-senso instaurado: o mesmo País que cria leis que preservam a futura mãe e lhe proporcionam bem-estar digno das economias de “primeiro mundo”, ainda está atrasado em todo o resto.

O *Correio da Manhã*, no dia 21 de fevereiro, trouxe uma reportagem sobre a distribuição de pelo menos 100 milhões de preservativos durante as festas do carnaval pelo Governo Brasileiro³. Nas primeiras linhas da matéria reitera-se a ideia de que o Carnaval é um momento excepcionalmente aberto para relações sexuais e tem-se uma perspectiva positiva da ação governamental:

Se depender dos governantes do Brasil, os foliões que, desde sexta-feira, lotam as ruas das cidades brasileiras em busca de diversão, podem assegurar-se de que haverá segurança em caso de relações sexuais: muitos milhões de preservativos, as populares 'camisinhãs', vão ser distribuídas em todos os lugares onde haja desfiles, bailes e outros eventos carnavalescos.

³ Este mesmo conteúdo foi divulgado no Diário de Notícias, em forma de nota, no dia 16 de fevereiro de 2012.

A associação “natural” entre sexo e Carnaval, retomada neste texto, parece ser compreendida pelos governantes brasileiros, cuja ação não é de conter a sexualidade exuberante que aflora em tais festividades e, sim, torná-la segura. O texto explica que a campanha de saúde pública visou diminuir ao máximo a incidência de gravidez indesejada e a transmissão de doenças sexualmente transmissíveis conciliando informação e ação direta junto aos foliões. No entanto, uma fotografia (ver imagem que ilustra a história do *Correio da Manhã*: <http://www.cmjornal.xl.pt/detalhe/noticias/internacional/mundo/mais-de-cem-milhoes-de-preservativos-para-folioes-no-brasil>) de uma mulher negra de costas, vestindo uma fantasia de carnaval semelhante a um biquíni, com destaque para seu bumbum, compõe o discurso visual desta reportagem.

A mulher não é identificada, embora seu corpo seja explorado como atrativo para possíveis leitores. Observa-se uma clara associação entre a temática do sexo e o corpo da mulher brasileira negra. Enquanto o texto escrito destaca uma iniciativa do Governo Brasileiro para racionalizar o ato sexual, tornando-o seguro e saudável, o texto visual da matéria traz o corpo feminino negro seminu que representa, desde estereótipos coloniais, a tentação para o proibido, o irracional, o perigoso.

Em 29 de março, o *Libération* apresentou uma matéria intitulada *Le Brésil veut perdre son image de paradis sexuel* (O Brasil quer perder sua imagem de paraíso sexual). O texto tratava das iniciativas do Ministério de Turismo para eliminar as práticas de turismo sexual em território brasileiro. As estratégias de atuação do Governo contavam com a vigilância de *sites* de turismo no exterior e controle das propagandas e publicidades turísticas nacionais. Aliado a isso, uma política de promoção das belezas naturais, do patrimônio cultural e da hospitalidade dos brasileiros. Em linhas gerais, a matéria apresentava os esforços governamentais do Brasil para desassociar sua imagem da ideia de um “paraíso sexual” em que tudo é permitido. O Ministro do Turismo Gastão Vieira foi fonte nesta matéria.

No entanto, a escolha da fotografia (ver imagem que ilustra a história do *Libération*, 2012/03/29: http://next.liberation.fr/sexe/2012/03/29/le-bresil-veut-perdre-son-image-de-paradis-sexuel_806721) de uma mulher mulata, com farto decote nos seios e vestido curtíssimo, em pose sensual, oferece ao leitor justamente o contrário. O mais curioso é que a fotografia escolhida é a de uma modelo da Daspu, sendo esta uma associação de prostitutas no Rio de Janeiro que empreende sua própria grife de roupas. A legenda da foto esclarece que se trata de uma prostituta, associada à Daspu, em desfile realizado em 2008.

O texto original diz: “*Une prostituée défile en 2008 lors de la présentation d'une collection de Daspu, une marque fondée et tenue par des travailleuses du sexe*”. Por que mesmo escolher uma fotografia com quatro anos de atraso, de uma modelo-prostituta, para tratar de iniciativas importantes de combate à exploração sexual de mulheres, crianças e travestis? Por que se utilizar de uma fotografia que está na contramão das intenções do Governo Brasileiro no que diz respeito às representações do País? Por que insistir na figura da “mulata brasileira” mesmo diante de uma demanda legítima e oficial?

BRASILEIRAS NO MUNDO DO CRIME

Em nove de fevereiro, o *Libération* trouxe reportagem intitulada *La fable brésilienne de la veuve noire* (A farsa brasileira da viúva negra) para tratar da acusação de assassinato de Sébastien Brun por sua esposa brasileira. A história rocambolesca começa quando, em agosto de 2004, Denize Soares viaja com o filho e com o marido para a Bahia, sua terra natal. Lá, Denize teria assassinado seu marido com ajuda de comparsas, entre eles, seu irmão, e teria retornado à Grenoble, onde o casal tinha uma loja de flores, dizendo a todos que Sébastien estava *tombé sous le charme du Brésil* (encantado pelo Brasil) e não teria querido retornar à França. Por meses, Denize teria suportado a mentira com fotos, vídeos, mensagens de celular e cartões postais até que os pais de seu marido decidem apurar os fatos.

Já na primeira frase da reportagem, Denize é associada aos estereótipos de sensualidade da mulher brasileira: *Elle a cet accent doux et sensuel qui évoque les clichés du Brésil* (Ela tem este sotaque doce e sensual que remete aos clichês do Brasil). Embora Denize ainda não tenha sido sentenciada, o texto jornalístico oferece poucas alternativas para sua defesa e, além disso, constrói uma imagem de uma mulher fria e habituada a mentir. O depoimento de Marc Giraud, o diretor da investigação, é revelador neste sentido: *“J’avais les preuves matérielles que tout ce qu’elle me disait était faux et pourtant, j’étais sans cesse tenté de la croire. Je comprenais pourquoi les parents de Sébastien Brun avaient mis si longtemps à réagir. Elle a une incroyable capacité à rebondir”* (Eu tinha as provas materiais que comprovavam que tudo que ela me dizia era falso e ainda assim eu estive tentado por inúmeras vezes a acreditar nela. Eu compreendi porque os pais de Sébastien Brun demoraram tanto a reagir. Ela tem uma enorme capacidade de convencimento).

A reportagem a descreve como uma mulher “incapaz de viver sozinha” e possuidora de uma potente carma de sedução”. Estas características de sua personalidade são associadas à sua origem étnica, bem como, na descrição minuciosa de sua trajetória de vida pobre e carente, há um indicativo de que a jovem é fruto de seu contexto social e cultural.

Outro crime perverso em que a mulher brasileira está inserida, desta vez como vítima, é noticiado pelo jornal português *Correio da Manhã* numa cobertura que durou vários dias – 20, 21 e 22 de março. A mesma informação também foi alvo de nota no *Diário de Notícias* no dia 21 de março. A brasileira Danúbia Toxie dos Santos, que estava grávida de quatro meses, foi asfixiada até a morte por seu namorado brasileiro Alcino Júnior, que já havia cometido vários crimes no Brasil, entre eles o assassinato de uma tia. Alcino, que é identificado como garoto de programa e *stripper* em boates gays, teria assassinado a jovem porque ela queria deixá-lo. Na cobertura do crime, a pressuposição do fato de que Danúbia sabia que seu namorado se prostituía é apresentado como um detalhe sórdido do casal de brasileiros, que apesar das aparências serenas e “decentes”, viviam no “submundo” da prostituição e das drogas. O texto do dia 22 descreve a relação de cumplicidade entre Alcino e Danúbia: *“Alcino deixou por várias vezes a companheira na rua enquanto recebia num quarto os clientes – incluindo figuras públicas da TV e de*

outras áreas influentes – que o contratavam. Outras vezes, a namorada esperava até de madrugada em casa de familiares que Alcino acabasse os encontros sexuais”.

Este crime obteve grande repercussão em Portugal, no encalço dele foram questionados os critérios do Governo Português para conceder vistos de residência aos cidadãos brasileiros, uma vez que Alcino era um criminoso fugitivo no Brasil, mas tinha seus papéis regulares em Portugal. Além disso, é interessante notar que o fato do casal ser brasileiro ganhou mais atenção por partes dos leitores, nos comentários lançados *online*, que as referências à prostituição e à bissexualidade de Alcino.

Invisível em inúmeras circunstâncias, a mulher brasileira ganha as páginas dos jornais da Europa quando o tema tratado é o crime, seja ela a cúmplice ou a amante de um criminoso, a suposta assassina de seu marido ou a jovem grávida brutalmente assassinada pelo namorado. Em nenhum dos textos analisados, mulheres brasileiras são fontes diretas das reportagens, ainda que ilustrem, com seus corpos, muitas delas. Este pequeno recorte empírico nos oferece pistas para seguir pesquisando acerca das visibilidades e invisibilidades desta alteridade em particular em termos de discurso jornalístico.

Neste artigo, procurei apresentar uma análise sobre os modos de representações midiáticas de uma tripla alteridade no continente europeu: mulher, migrante e brasileira. Cabe assinalar que este recorte não priorizou as investigações acerca das perspectivas étnico-raciais implicadas no conceito de “brasilidade”, nem pode fornecer uma definição mais complexa do que seria a tal “mulata brasileira”. Por seu turno, esta investigação esteve centrada na perspectiva dos estudos migratórios, particularmente na relação entre gênero e migração; bem como buscou analisar os modos como o jornalismo, por meio de seus discursos veiculados cotidianamente sob uma áurea de autoridade, auxilia na construção da Alteridade.

BIBLIOGRAFÍA

Arango, Joaquín. 1985. “Las leyes de las migraciones de E. G. Ravenstein, cien años después”. *Reis* (35):7-26.

---. 2003. “La explicación teórica de las migraciones: luz y sombra”. *Migración y desarrollo* (1): 1-30.

Badet Souza, Maria. 2009. *Televisión y construcción del imaginario de la mujer brasileña en España: propuesta de una metodología de análisis multidimensional*. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Universidade Autônoma de Barcelona, Barcelona.

---. 2010. “Mass media, gênero y construcción de imaginarios sociales”. En *1º Seminário de Estudos sobre a imigração brasileira na Espanha*, 137-144. Barcelona: Coletivo Brasil-Catalunya.

Baumann, Gerd. 2001. *El enigma del multicultural*. Barcelona: Paidós.

Berger-Roulleau, Laurence. 2010. *Migrer au féminin*. Paris: Presses Universitaires de France.

Bonafous, Simone. 1991. *L’immigration prise aux mots*. Paris: Éditions Kimé.

Cabedoche, Bertrand. 2007. "Télévisions transnationales et représentations de l'altérité. Remarques épistémologiques et méthodologiques". *Les Cahiers du journalisme: Faits divers, faits de société* (17):344-383.

Charaudeau, Patrick. 2005. *Les médias et l'information. L'impossible transparence du discours*. Bruxelles: De Boeck.

ElHajji, Mohammed. 2013. "Le culte à la culture: évolution, révolution et régression". *Le Concept de Culture: comprendre et maîtriser ses détournements et manipulations*, editado por F. Dervin, 19-46. Paris: L'Harmattan.

Ferin, Isabel. 2006. "Imagens da diferença: prostituição e realojamento na televisão". *Comunicação e Cultura* (1):73-97.

Gomes, Mariana Selister. 2013. *O imaginário social "mulher brasileira" em Portugal. Uma análise da construção de saberes, das relações de poder e dos modos de subjetivação*. Tese de doutorado em Sociologia, Instituto Universitario de Lisboa.

Gutiérrez, Antonio García. 2009. *La identidad excesiva*. Madrid: Biblioteca Nueva.

Kofman, E. 1999. "Female "Birds of Passage" a decade later: gender and Immigration in the European Union". *International Migration Review* 33 (2):269-299.

Leonetti, Isabel Taboada y Florence Lévy. 1978. *Femmes et immigrées: l'insertion des femmes immigrées en France*. Paris: Le Documentation Française.

Lima Pereira, Rosuel. 2010. "Les médias et les clichés sur le Brésil: entre synthèse culturelle et sirène d'appel aux études universitaire en France". *Revista Pós Ciências Sociais* 7 (14):173-190.

Nash, Mary. 2005. *Inmigrantes en nuestro espejo. Inmigración y discurso periodístico en la prensa española*. Barcelona: Icaria.

---. 2008. "Representaciones culturales, imaginarios y comunidad imaginada en la interpretación del universo intercultural". Em *Training seminar de jóvenes investigadores en dinámicas culturales*, 13-22. Barcelona: Fundación Cidob.

Perrot, Michelle. 2006. *Mon histoire des femmes*. Paris: Éditions du Seuil.

Piscitelli, Adriana. 2008. "Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras". *Sociedade e Cultura* (11):263-274.

Pontes, Luciana. 2004. "Mulheres brasileiras na mídia portuguesa". *Cadernos Pagu* (23): 229-256.

---. 2005. *Corpos deslocados: vulnerabilidade e processos de exotização das mulheres imigrantes brasileiras em Lisboa, Portugal*. Dissertação de Mestrado. Universidade Nova de Lisboa - Faculdade de Ciências Sociais, Departamento de Antropologia, Lisboa.

Póvoa Neto, Hélión. 2010. "Barreiras físicas como dispositivos de política migratória na atualidade". Em *A experiência migrante: entre deslocamentos e reconstruções*, 491-520. Rio de Janeiro: Garamond : Faperj.

Roman, Ângela Beatriz de Oliveira. 2007. *Les femmes brésiliennes dans la presse féminine française durant l'Année du Brésil en France: une représentation stéréotype et sexiste*. (Mestrado em Comunicação, Universidade de Paris VIII).

Said, Edward W. 2011 (1993). *Cultura e imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras.

Shohat, Ella y Robert Stam. 2006. *Crítica da imagem eurocêntrica. Multiculturalismo e representação*. São Paulo: Cosac Naify.

Van Dijk, Teun A. 1991. *Racism and the press*. London, New York: Routledge.

---. 2010. *Discurso e poder*. 2.ed. São Paulo: Editora Contexto.